

Lara apresenta proposta polêmica

Depois de um breve período de silêncio desde que deixou o governo, o ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, André Lara Rezende, voltou a falar ontem, pelo menos para colegas de profissão, os economistas reunidos pelo Ipea para uma avaliação da conjuntura. E, novamente, ele voltou a ser o centro das atenções. Quando menos, pela proposta polêmica que fez na reunião.

André Lara disse que o Brasil precisa partir para um esquema alternativo com o objetivo de reduzir o ônus que tem por conta da transferência brutal de recursos para pagamento dos juros da dívida. André propôs que metade do montante de juros a ser pagos aos credores seja retido no país e preservado no Banco Central em moeda nacional. Os credores que não desejarem esperar para receber essa parcela de juros no futuro poderão recorrer ao mercado secundário e repassar seus títulos adiante. É aí que o Brasil atuaria recomprando os títulos de sua própria dívida, com uma vantagem: resgataria esses títulos com deságio. Atualmente, no mercado monetário internacional, para cada 1 dólar de valor de face de um título da dívida brasileira o mercado está pagando 65 centavos.

A proposta do economista André Lara Rezende foi alvo de intensa controvérsia. Na verdade, a maioria dos economistas presentes ao encontro organizado

pelo Ipea considerou a idéia de Lara Rezende "muito otimista". Outros não entenderam da abrangência de seu raciocínio e uma terceira reação mostrou-se cética quanto à postura dos credores diante dessa proposta.

Na saída do encontro, que reuniu perto de 15 economistas, André Lara Rezende se recusou terminantemente a comentar sua proposta, observando que não se tratava de uma proposta, mas de "uma conversa entre colegas". Disse que se recusava a falar do assunto porque poderia ser mal interpretado pela opinião pública, que entenderia isto como uma formulação de plano para a dívida externa.

A tônica da reunião, que durou quase três horas na sede do Ipea, no centro do Rio, foi de perplexidade dos economistas diante do que o ex-presidente do IBGE, Edmar Bacha, classificou de "falta de governança". Houve unanimidade entre os presentes quanto ao diagnóstico da conjuntura. Ninguém tem dúvidas que o país caminha firmemente para a recessão. Os indicadores atuais podem não revelar esse quadro no momento, mas os economistas estão certos que os dados que estão por vir mostrarão essa realidade.

Os indícios que apontam para a recessão, de acordo com a avaliação dos economistas, estão na retração da de-

manda provocada basicamente por uma política fiscal e monetária restritivas, e na inibição da oferta gerada pelo estrangulamento às importações imposto pelo governo.

Os economistas acreditam que a renovação das linhas de crédito de curto prazo pelos credores se dará tranquilamente no próximo dia 31 de março, quando vencem os contratos de crédito interbancário e comercial no valor de 15 bilhões de dólares. Mas os economistas não afastam a idéia de que os 3 bilhões de dólares que o país terá que amortizar ainda este ano junto a instituições de financiamento internacionais exercerão uma séria pressão.

A avaliação de todos revela uma surpreendente capacidade do país de gerar superávits. Alguns apostam mesmo que o Brasil vá superar este ano os 8 bilhões de dólares de saldo na balança comercial. O economista Antonio Barros de Castro, inclusive, considera esta meta perfeitamente compatível com uma taxa de crescimento da economia da ordem de 7% este ano. Mas essa expectativa não é compartilhada por todos. Os técnicos do Ipea, responsáveis pela organização do encontro, admitem 2,5% do crescimento este ano. E o economista Eduardo Modiano prevê que o país possa ter até mesmo uma taxa negativa de 1,5% de crescimento.